

LUSITÂNIA ROMANA ORIGEM DE DOIS POVOS

Lisboa, 2016



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA CULTURA

PATRIMÓNIO
CULTURAL

Directorio - Servico do Património Cultural



MUSEU
NACIONAL DE
ARQUEOLOGIA

INCM

IMPRESA NACIONAL CASA DA MOEDA

Os arqueólogos trabalham principalmente com as materialidades das sociedades passadas, que estudam com os restos deixados das vivências — e, mesmo assim, não com todos, mas só com aqueles que, pela natureza do seu material ou por qualquer acaso de circunstância, se conservaram até aos nossos dias e puderam ser recuperados para o conhecimento.

É certo que toda a vivência deixa um rasto, e é desse modo que se justifica a frase lapidar de Sir Mortimer Wheeler: «O arqueólogo não escava coisas, mas gente»; mas a materialidade de um indivíduo não é a vida de uma pessoa, é a vida de uma sociedade (que é um conjunto de pessoas, não uma soma de indivíduos) não se reduz à soma de todas as suas materialidades, pelo que, mesmo que conhecêssemos todas estas, não poderíamos dizer conhecer aquela.

Condenados ao fracasso? Não sem apelo. Restam-nos as perguntas, as que fazemos nós e as que podemos pensar terem sido feitas por esses antepassados, a quem muitas vezes, convictos da unidade essencial do género humano, chamamos nossos.

1. QUEM SOU? INDÍGENAS E ROMANOS NUMA PROVÍNCIA NO FIM DO MUNDO

A Lusitânia é uma conceção — geográfica, étnica e política — romana, desenvolvida na vida política do Senado da tarda República, acerca da qual temos boas razões para pensar que não foi nunca, antes da época imperial, verdadeiramente sentida pelas populações do extremo ocidental da Península, as quais — mesmo no período álgido das Guerras de Viriato — pensaram (e, provavelmente, se pensaram a si mesmos) como uma coligação de povos, habitantes de cidades ou regiões distintas, certamente aparentados, eminentemente obrigados a coligarem-se, mas senhores de distintos domínios, que ainda no período romano são determinantes na forma como se organizam e se designam a si próprios (fig. 1).

Este extremo Ocidente foi sempre, para os romanos, uma Finisterra e, antes da exploração aurífera do Noroeste a tornar conhecida e a navegação da *annonna* a fazer frequentada, zona mal conhecida e pior compreendida (como demonstram os passos consecutivos da *Geografia* de Estrabão em 3.3.3 e 3.3.7, nas confusões que estabelecem entre lusitanos e calaicos), quando não realmente desprezada, ainda que aqueles que a desbravaram (talvez por isso mesmo) merecessem ser recordados (Apiano, *Iberikê*, 72).

Sabemos que esta distância não impediu uma verdadeira ocupação romana, naturalmente muito diferente entre o meridiano do que viria a ser a província e o seu extremo setentrional, mas em toda esta vasta zona há que questionar: ocupação romana, sim, mas ocupação por romanos?

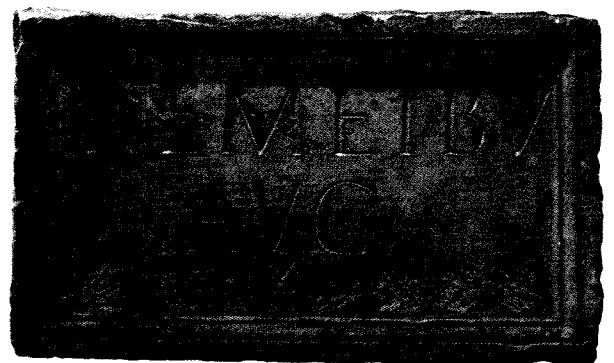
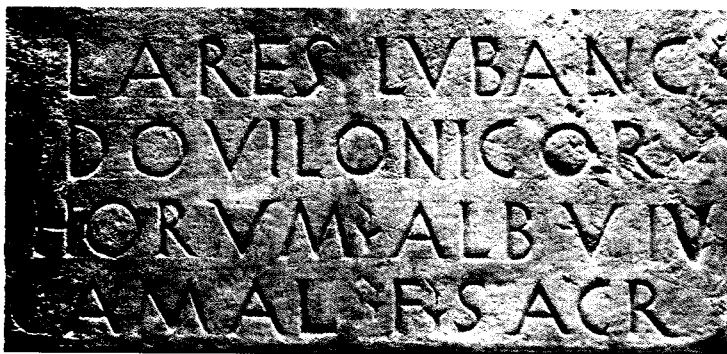
Independentemente da variabilidade da resposta a esta questão, pois colonos romanos ou itálicos instalaram-se em proporções e segundo ritmos muito diferentes em distintas sub-regiões da Lusitânia, enquanto as colónias propriamente ditas, os núcleos urbanos, fundados *ex nihilo* ou através da modificação substancial do padrão demográfico de núcleos preexistentes, conheceram elas próprias processos históricos nem sempre lineares (ou sequer bem conhecidos. Sweetman, 2011, p. 32-74), certo é que o fim da conquista deu início a um profundo e continuado processo de romanização.

Este fenómeno, muito discutido pelos historiadores da Antiguidade, deve ser entendido como um processo de enculturação (Wallace-Hadrill, 2008, p. 3-70; Correia, 2013, p. 365-367), através do qual os indivíduos aprenderam a colocar-se no mundo e a interpretá-lo através de mapas e esquemas mentais: qual o tamanho do mundo e que povos aí vivem; qual a sua história, o seu devir e quais as suas interações com as próprias comunidades; quais os pontos de contacto e divergência entre os costumes próprios e os alheios; como garantir, promover e desenvolver a posição própria num mundo em evolução; são, entre outros, elementos essenciais do processo de enculturação atravessado pelas comunidades da Lusitânia até ao advento de Augusto como imperador e à mudança de natureza do imperialismo romano (Brunt, 1990, p. 96-133), quando a integração se manifesta de forma avassaladora (inclusive, senão especialmente, no aspeto urbanístico).

Mas o processo deixou um lastro, certamente um conjunto de relatos e narrativas, embebido na memória coletiva das sociedades (Halbwachs, 1992, p. 120-166; Fentress; Wickham, 1992, p. 59-110). Esta memória social justifica que, a espaços, a afirmação da identidade indígena subsista e encontre formas de se manifestar ao longo de todo o período romano, quando a integração no Império é, já numa pluralidade de aspetos, completa: o sincretismo das divindades locais com divindades romanas e com o culto imperial (fig. 2. Encarnação, 1975, p. 77-298; Ribeiro, 2002, p. 11-60); a manutenção, em alguns sectores da sociedade, da onomástica de raiz indígena, mesmo já quando, graças a patrocínios e concessões de cidadania a título individual (concessões *viritim*), levaram à adoção de nomes de família romanas (Curchin, 2004, p. 117-143); a subsistência de estruturas pré-romanas em certos aspetos da propriedade, das organizações supra-familiares e mesmo da organização das *civitates* (Le Roux, 1995, p. 79-110), que conviveram, de forma generalizada, com a adoção do latim e a difusão de novas modas no vestir, na alimentação, na arquitetura, etc., etc. (fig. 3 e 4. Revell, 2009, p. 150-193).

Fig. 1 — Lápide consagrada aos *Lares Lubanci* dos dovilónicos deste lugar, testemunhando a sobrevivência das comunidades de origem indígena em *Conimbriga*. © MMC.DGPC, H. Rendeiro.

Fig. 2 — Inscrição dedicatória de um edifício aos *Remetes Augusti* em *Conimbriga*. © MMC.DGPC, H. Rendeiro.



2. O QUE SOU? AS CLIVAGENS SOCIAIS NAS CIDADES ROMANAS

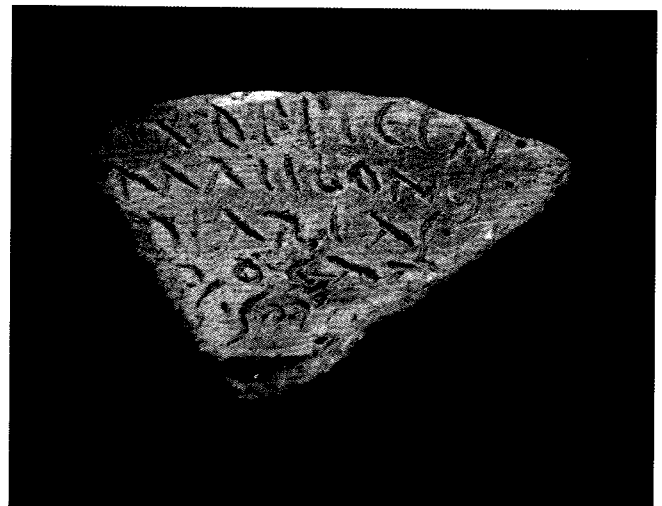
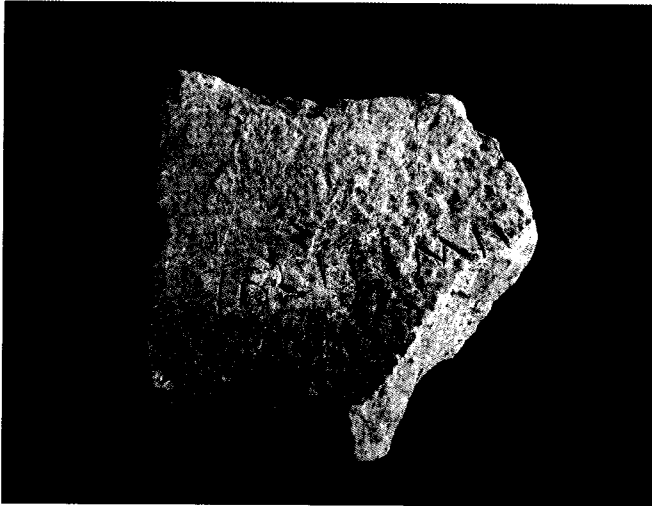
Muito há que leva a pensar que a clivagem romano/indígena era menos significativa no posicionamento social do indivíduo do que a sua posição relativa, jurídica mas sobretudo censitariamente considerada (Giardina, 1992, p. 19-48). E se isto pode ser verdade, sociologicamente falando, em qualquer momento da história da Lusitânia, é-o sobretudo quando esse percurso histórico é considerado na plenitude do seu devir. Não podendo nós ponderar exatamente quais os sentimentos pessoais envolvidos, parece, no limite, evidente que num prazo de duas ou três gerações, a fronteira entre os descendentes de colonos romano-itálicos e os descendentes de indígenas promovidos (económica e socialmente) estaria substancialmente esbatida (Nogales Basarrate, 2004, p. 341-398). Este espaço de duas ou três gerações corresponde ao período de tempo que medeia entre Augusto e a dinastia flávia; com a concessão do direito latino pelo primeiro imperador flaviano, Vespasiano, a própria distinção jurídica entre cidadãos e peregrinos estava, para a elite, em processo de erradicação.

As grandes clivagens sociais nas cidades romanas seriam deste modo, como na própria Roma, aquela existente entre *serviles* e *ingenui* (escravos e homens livres; distinção jurídica) e, dentro do segundo grupo, entre *humiliores* e *honestiores* (sem tradução; distinção, na essência, censitária).

Entre os mais possidentes existiam, naturalmente, diferenças. Parece ter sido nomeadamente importante o limiar daqueles que detinham uma fortuna calculada em 100 000 sesterócios: acima deste limiar, os chefes das famílias em causa tinham direito a participar nos órgãos de governo municipal e constituíam, deste modo, a *ordo decurionum*, os decuriões que formavam a elite das *civitates* lusitanas (Correia, 2013, p. 358-359).

Fig. 3 — Grafito sobre uma telha *Tolle me...* («Aguenta-me ...», numa tradução idiomática). Mostra a difusão do latim nas classes laboriosas em *Conimbriga*. © MMC. DGPC, H. Rendeiro.

Fig. 4 — Grafito sobre um tijolo de coluna «...*diarias rogata solvi*». Mostra a difusão dos instrumentos jurídicos romanos nas nascentes indústrias em *Conimbriga*. © MMC. DGPC, H. Rendeiro.



Os limites censitários, todavia, não seriam absolutamente rígidos, tal como era variável a «paisagem social» das cidades.

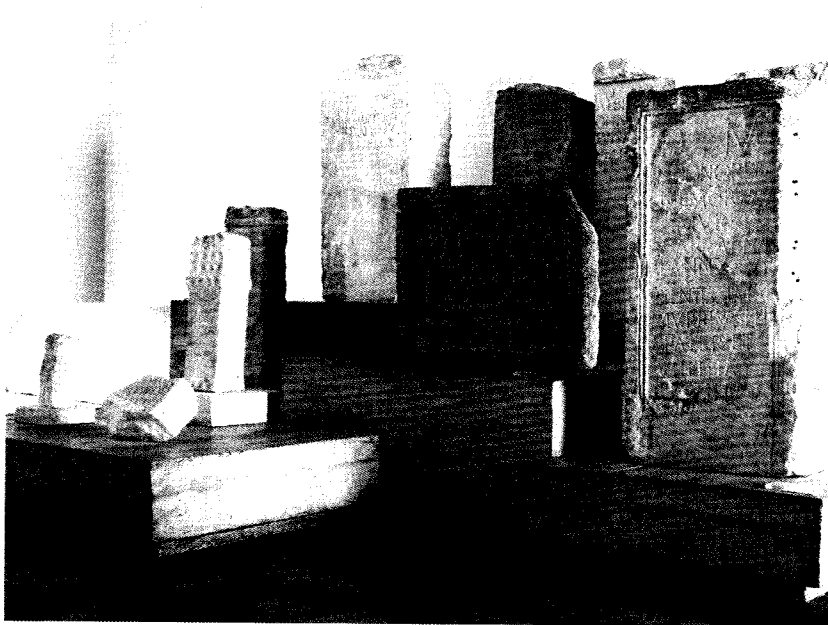
Esta paisagem social conhece-se mal, via de regra, mas num caso, o da cidade de *Conimbriga* (Id., *ibid.*, p. 341-361), o estudo da arquitetura doméstica dos cerca de 17 % da área escavada permitiram calcular, de forma aproximativa, o número e categoria de indivíduos que habitariam nas 72 unidades residenciais aí identificadas e extrapolar esse número para o total do núcleo urbano.

Podemos aí reconstituir o facto básico de, numa cidade com 22 ha de extensão (o que está dentro da faixa média-baixa das cidades lusitanas) terão vivido cerca de 5500 indivíduos (no auge da época imperial). Destes, cerca de 40 % seriam escravos ou outros dependentes de estatuto servil (a esmagadora maioria dos romanos, exceto os verdadeiramente desprovidos de poses, possuía pelo menos um escravo, uma família média talvez dispusesse de quatro e grandes famílias mantinham pequenos regimentos de escravos e outros criados na sua dependência).

No outro extremo da escala estaria a curta franja privilegiada de famílias possidentes, fisicamente detentoras de quase todo o espaço urbano e que dominam a cidade através da *ordo decurionum*. Não mais de 7 % a 8 % dos indivíduos se integram nesta classe, talvez um máximo de 40 famílias que, conhecemo-lo pela epigrafia, casam entre si, perpetuam a sua grandeza em monumentos funerários (Étienne [et al.], 1976, p. 65-99) e são os principais agentes do processo de romanização (fig. 5).

Entre um e outro extremo, fica a massa de indivíduos que formam a *plebs media*, uma grande massa plástica de indivíduos de estatutos pessoais e culturais muito variados, e mutáveis, que efetivamente asseguraria uma parte substancial (proporcionalmente talvez mais subs-

Fig. 5 — Conjunto de inscrições funerárias no Museu Monográfico de Conímbriga. A lápide do centro pertence a um cenotáfio de um emigrante de origem indígena, *Vegetus*, filho de *Avitus*. © MMC.DGPC, H. Rendeiro.



tancial que a mera proporção aritmética da sua representatividade demográfica, que se cifra em pouco mais de 50 %) da vida económica da cidade. Aqui se terão recrutado os artífices, os construtores, os pequenos comerciantes, os pequenos agricultores do *ager* imediato da cidade, que dela fizeram um organismo vivente (Giardina, 2000, p. 113-132).

3. ONDE VIVO? ARQUITETURA DOMÉSTICA E ESPAÇOS PÚBLICOS, CENÁRIOS DA VIDA QUOTIDIANA

A posição social dos romanos condicionava de forma determinante a sua forma de habitação e o modo do seu quotidiano, dividido entre o trabalho (para muitos), o ócio (para poucos) e a frequentação de lugares públicos (para todos, mas não da mesma forma). E se a grande residência aristocrática, destinada em primeiro lugar ao ócio do seu proprietário (e em segundo lugar à promoção do seu papel social pela ostentação desse mesmo ócio), é a imagem mais marcante no imaginário de muitos amantes da Antiguidade, o tecido urbano era, em grande medida, constituído por pequenas habitações que se duplicavam como local de trabalho, de produção ou comércio, desprovidas de conforto, exíguas e sem privacidade, parcas em condições de salubridade e higiene e frequentemente de construção precária. Este tipo de situação corporiza o fantasma da cidade como distopia, cuja expressão máxima é, nalguns dos seus aspetos, a própria cidade de Roma, tal como surge em versos de Catulo ou Juvenal, mas seria um aspeto presente, de uma ou outra forma, também nas cidades provinciais (onde, apesar de tudo, uma menor pressão imobiliária poderá ter minorado os aspetos mais graves do problema. Correia, 2013, p. 317-340).

Fig. 6 — Um servo doméstico entregue às suas tarefas diárias, num mosaico da casa dos repuxos, *Conimbriga*. © MMC.DGPC, H. Rendeiro.



É este quadro que permite explicar a necessidade do investimento nos monumentos públicos e, finalmente, o sucesso do projeto urbano do Império romano, lido como um todo orgânico.

O principal monumento de qualquer cidade romana, o *forum* (nalgumas cidades desmultiplicado em mais do que um espaço da mesma natureza) oferece um espaço de sociabilização em condições de conforto e qualidade estética do enquadramento (Giardina, 2000, p. 35-84); as termas (numerosas) oferecem a indispensável salubridade e higiene a que se soma um módico de entretenimento intelectual (Petit Santoro, 2007, p. 209-226), a administração da cidade garante, direta ou indiretamente, a existência de algumas amenidades, como as fontes públicas, as vias porticadas (que muito imediatamente concedem às pequenas instalações domésticas um meio de contacto mediado com a via pública. Id., *ibid.*, p. 75-102) e a instalação de zonas da cidade adequadas à localização da *popina*, da *caupona* (variedades de casas de comes e bebes) ou do *lupanar* (Laurence, 1994, p. 70-87). Finalmente teatros, anfiteatros e circos (permanentes ou, em muitos casos, apenas temporários) garantem os momentos coletivos de distensão, os jogos e espetáculos públicos (Giardina, 2000, p. 281-306).

Dentro de limites (nem sempre muito rígidos e, frequentemente, ultrapassados, mas ainda assim existentes) a frequência destes espaços públicos é generalizada e, para os homens livres, quase indiferenciada (os escravos, no entanto, só podem frequentar as termas ao fim do dia). A circulação diuturna dos habitantes, de acordo com o seu estatuto, estabelece o ritmo da vida urbana (fig. 6 e 7). O dia inicia-se com a visita do cliente ao patrono: a *salutatio* do dependente em casa do indivíduo notável (e que mede a sua notabilidade precisamente pelo número de indivíduos que acorrem a saudá-lo) e, a partir daí, as atividades próprias e

Fig. 7 — Os proprietários da casa dos repuxos (*Conimbriga*) representaram-se no decurso da sua atividade favorita, a caça. © MMC.DGPC, H. Rendeiro.



indispensáveis a cada um alternam entre os espaços privados e públicos (no caso das residências aristocráticas podendo, em certas circunstâncias quase falar-se de espaços «semipúblicos». Laurence, 1994, p. 122-132). O fim do dia traz uma progressiva segregação do convívio social: termina com o pôr-do-sol para a maioria da população, prolonga-se, porventura, para aqueles que, ilustrados e possidentes, se podem permitir usufruir da *amicitia* entre pares, o *convivium* desfrutado numa refeição em comum, tomada no *triclinium*, sala de refeições que ocupa o papel central e preponderante em todas as residências que se querem de prestígio (Dunbabin, 2003, p. 36-71; Correia, 2013, p. 253-263).

E, depois da festa, os escravos e outros criados que a tornaram possível, desaparecem nessas mesmas residências para não serem vistos pelos seus contemporâneos até ao dia seguinte — e, pelos arqueólogos de hoje, para não serem vistos nunca mais: estas residências não dispõem verdadeiramente de «quartos de criados», de *ergastula*, mesmo quando dispõem de áreas de serviços; a invisibilidade arqueológica de uma parte tão significativa da população é a melhor prova da sua desgraçada condição social (Giardina, 1992, p. 117-148; Correia, 2013, p. 278-288).

4. COMO ESTOU? MOBILIDADE SOCIAL NA SOCIEDADE DA LUSITÂNIA

O enorme fosso existente na sociedade romana entre possidente e destituído (e entre livre e escravo, claro), fosso que se manifestava também, em certa medida, na própria estrutura urbana, era efetivamente diluído, do ponto de vista urbanístico, pela fração pública desse espaço urbano e pelas amenidades assim oferecidas. Do ponto de vista social esse fosso era diluído pela existência de mecanismos estatuídos e genericamente reconhecidos de mobilidade social, nomeadamente no sentido ascendente.

Em primeiro lugar, na medida em que a própria integração no modo de vida romano e na condição da cidadania é uma forma de promoção social, essa mobilidade está na essência mesmo do processo de romanização. Quando Vespasiano concede às cidades hispanas o *ius latii* (o direito que, na península itálica, assistia às antigas cidades do Lácio, aliadas de Roma), estabelece o princípio que, todo o indivíduo que desempenha cargos no governo local se torna, uma vez terminada a sua carreira política, cidadão romano de pleno direito (transmitindo naturalmente esse estatuto a todos os seus descendentes). Isto representa, a partir do último quartel do século I da nossa era, uma larga avenida de promoção social.

Por outro lado a economia romana é, em larga medida, uma economia aberta (mesmo se fortemente constringida pelo carácter predominantemente agrícola de toda a sua base e pelo domínio público-estatal de sectores importantes) (Finley, 1986, p. 83-242); há portanto possibilidades acionáveis de um indivíduo se promover economicamente até aos primeiros passos dessa avenida de promoção jurídico-política.

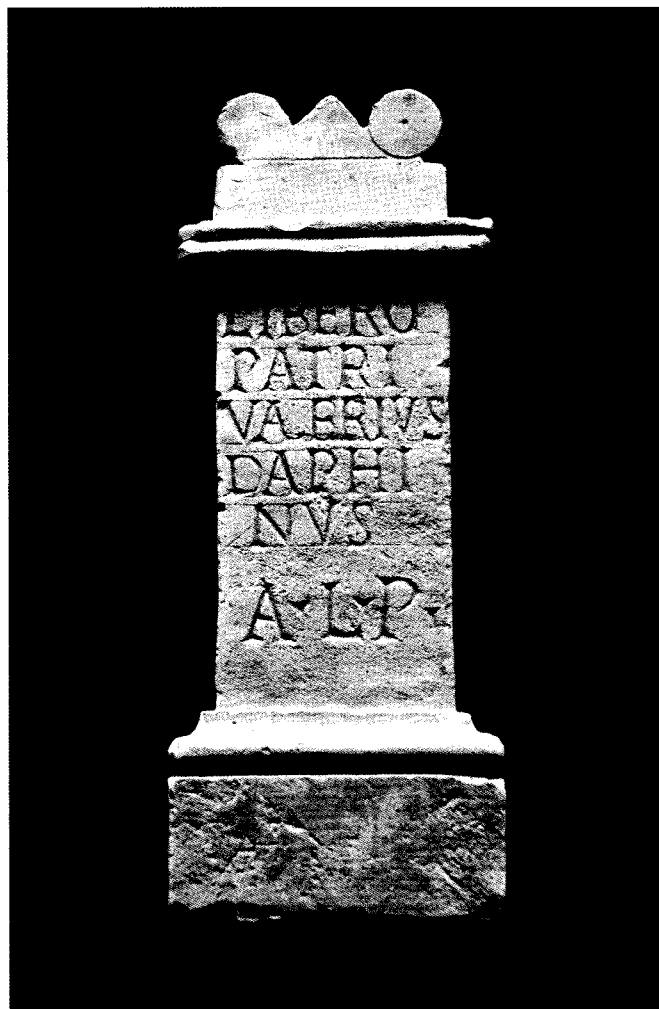
Certamente que os indivíduos que assim se promoviam se deparavam, para além de obstáculos muito concretos do ponto de vista económico e jurídico, com essa barreira porventura intransponível do preconceito social. O desprezo pelo arrivista parece ser de todos os tempos; a literatura romana está cheia de exemplos e cunhou uma expressão para eles: o *homo novus*. Mas o próprio facto de a imagem ser cristalizada numa expressão, num tipo, diz bem do carácter comum da situação.

O mais famoso dos arrivistas romanos é Trimalquião, o ricoço que Petrónio immortalizou no *Satyricon* (p. 26-79). Trimalquião, obscenamente rico e da mesma forma desprovido de gosto e de cultura. reúne em si outra característica, que se integra perfeitamente na caricatura: é um liberto. e a herança dos antigos proprietários que o libertaram esteve na origem da sua fortuna.

Como todas as boas caricaturas, esta é decalcada do natural. As cidades romanas estão recheadas das evidências desse movimento sustentado de aquisição da liberdade pelos indivíduos dela desprovidos pelo nascimento (Giardina, 1992, p. 149-168). Muitos certamente fá-lo-iam pelo mecanismo juridicamente reconhecido da compra da própria liberdade (que pressupunha que o proprietário lhes consentisse reunir o *peculium*), mas são também muito abundantes os casos em que os escravos libertos comemoram os seus antigos amos pela colocação de monumentos funerários nos quais se reclamam da sua qualidade de herdeiros (fig. 8).

Muitas vezes traídos pelos cognomes gregos que adicionaram ao nome dos seus anteriores proprietários (a emancipação implicava esta adoção onomástica e constituía o escravo libertado em cliente do senhor), estes indivíduos constituíam uma classe reconhecível e reconhecida na sociedade romana e dispuseram de um veículo próprio de intervenção na vida das suas comunidades: afastados das eleições e das magistraturas, estava-lhes reservado um papel especial no culto imperial — o cargo de *augustal* foi muito cobiçado e, como tal, foi comemorado postumamente com muita frequência.

Fig. 8 — Dedicatória privada a *Liber Pater* por um provável libertado de *Conimbriga*. © MMC. DGPC, H. Rendeiro.



5. E NO FIM? A CIDADE DOS MORTOS

Tratou-se até aqui de uma sociedade de homens. A sociedade romana era uma sociedade patriarcal e paternalista, de homens e para homens (e, até depois de bem ultrapassado o meio do século xx, estudada principalmente por homens, também. Coulanges, 1980, p. 45-138). Mas sendo a morte o principal fator de igualdade entre os seres humanos, é na morte que os elementos da sociedade que não conhecemos de outra forma nos surgem na sua individualidade e na sua incontornável existência.

Quando considerada na totalidade da sua existência enquanto núcleo urbano *Conimbriga* oferece uma parca amostragem do que foi a sua população em término de vida, através das informações contidas nos epitáfios conhecidos [Étienne (et al.), 1976, p. 53-99]. É, no entanto, o único local onde se dispõe de um *corpus* epigráfico completo e de uma estimativa da população, grandeza essencial para contraste de qualquer estudo. Dos 5500 habitantes simultâneos no auge da sua vida, como se viu, restaram cerca de 200 nomes de indivíduos dispersos pelas inscrições conhecidas (nem todas conservadas, mas incluindo no cômputo aquelas de que restou testemunho suficiente, nomeadamente através das leituras dos eruditos dos séculos xvi a xvii). Entre estas, 35 exemplos, dizem-nos algo acerca de menos de 40 pessoas.

Globalmente considerado está-se, obviamente, perante o estrato superior da sociedade: a grande maioria não poderia custear um monumento funerário em material duradouro. Podem ter existido formas públicas de consagração dos falecidos, mas os monumentos epigráficos, gravados em pedra e por vezes esculpidos, que sobreviveram são, por definição (e com toda a latitude que devemos dar para o facto de, em certas situações, os sentimentos de perda se terem sobreposto às considerações económicas e algumas pessoas terem colocado monumentos funerários aos entes queridos que perderam em condições «acima das suas posses») um fenómeno elitista. A maioria da população seria incinerada da forma mais elementar (dentro dos limites do que era percebido como «a decência») e as suas cinzas depositadas sem mais cerimónias.

Mas, desde um ponto de vista estatístico, as imperfeitas informações que este conjunto de lápides nos oferece é eloquente. Quase dois terços dos defuntos são filhos (nalguns casos netos) do dedicante, o que nos mostra a existência de uma família plurigeracional, alargada. Por isso mesmo se compreende uma aparente sobrerrepresentação dos indivíduos de sexo masculino em idade pré-púbere e, no outro extremo, de indivíduos do sexo feminino em idade, frente à amostra, que se considera propecta. São os herdeiros esperados das famílias, por um lado, e as «avozinhas», por outro, que merecem uma atenção especial. Necessita-se,

todavia, de um cuidado muito especial quanto a estas aproximações imediatas, psicológicas, pois as atitudes perante a morte modificaram-se radicalmente, e é difícil avaliar se, e como, as podemos reconstituir (Pereira, 2013, p. 99-144; Kerényi, 2008, p. 193-220).

No centro da distribuição normal das idades em que se morre (que é um elemento essencial da típica dedicatória fúnebre romana), vemos que o maior número de indivíduos (ambos os sexos confundidos) morre entre os 20 e os 30 anos de idade (pouco menos de 50 % da amostra). Mas a distribuição por sexos introduz uma modificação muito importante: um número muito significativo de mulheres morre antes dos 20 anos de idade (quase metade das que morrem entre os 20 e os 30 e tantas quantas morrem com mais de 50 anos): não há que encontrar explicações alternativas para a realidade dramática de que uma idade púbere, que justificava o casamento legal, próxima dos 12 anos, levava a uma significativa mortalidade perinatal entre as mulheres acabadas de sair da adolescência. Os homens, pelo contrário, raramente são consagrados na morte por um monumento entre a infância e os 20 anos; pelo contrário é muito significativa a sua presença no registo mortuário entre os 30 e os 40 anos — os «homens na força da vida», certamente (Correia, 2013, p. 345-348). Isto coloca a esperança média de vida, num cálculo imperfeito, não comparável com as estatísticas atuais (muito mais complexas e baseadas em séries completas de dados), algures entre os 40 e os 50 anos de idade. Com 60 anos ser-se-ia um ancião.

É neste contexto adequado recordar um conjunto de epígrafes funerárias de *Conimbriga*, quatro no total (Étienne [et al.], 1976, n.º 37 e 66-68), onde ao longo de pelo menos seis gerações as mulheres de uma mesma família se recordaram, começando pela Sulpícia Maxuma, morta aos 25 anos de idade, a quem a avó Sulpícia Amena, dedica a lápide funerária (esta avó era filha de um indígena de nome Taporo). Noutra inscrição, Sulpícia Gémula dedica o monumento à filha Sulpícia Stercusia, morta aos 26 anos. No terceiro caso, Sulpícia Helena (uma liberta?) dedica a lápide a Sulpícia Phoebe (dedicada a Apolo?), que morreu também com 25 anos. A quarta inscrição permite contextualizar esta linhagem de *Sulpicii* no quadro das famílias notáveis de *Conimbriga*, o que justifica a possibilidade de gerações sucessivas (e ramos distintos) de mulheres de uma família investirem desta forma na comemoração dos seus elementos.

Mas como não pensar no sofrimento individual anterior a estes monumentos, que os motiva, e em todos os outros sentimentos, uns dolorosos, outros felizes, que motivaram outras tantas manifestações, umas duradouras, outras perecíveis, de que algumas sobreviveram, outras não, daqueles que nasceram, choraram, viveram, riram, suaram, gozaram, borraram e finalmente estoiraram nas cidades da Lusitânia.